

Eu só queria ter o direito de ter opinião...
Repensando a educação e a democracia

José Luiz de Paiva Bello

Rio de Janeiro, janeiro, 2008.

Lendo os jornais fiquei horrorizado ao saber da notícia do afastamento do Corregedor da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Aliás, não com o seu afastamento propriamente dito, mas com a razão escancaradamente alegada para o seu afastamento.

A imprensa nos informou, com uma dose cavalariça de espontaneidade e frieza, que ele foi afastado porque declarou que, em sua opinião, os baixos salários recebidos pelos policiais contribuíam para a corrupção da corporação. O senhor corregedor da Polícia do Estado emitiu a sua opinião e, por isso, foi afastado de seu cargo.

Repito: fiquei horrorizado. Para ser honesto eu me lembrei do livro do Gaspari, *A Ditadura Escancarada*. Punir alguém por emitir sua opinião, que seja feita com respeito às leis vigentes, é, no mínimo, um autoritarismo escancarado. A partir da lembrança do livro eu me permiti viajar no tempo. Em 1969, cumprindo meu Serviço Militar obrigatório, fui preso. Notaram o ano? Mil novecentos e sessenta e nove, ditadura militar, governo Costa e Silva, os famigerados Ato Institucional número 5 e Decreto-Lei número 477, prisões, torturas, assassinatos, desaparecimento de pessoas. Lembram? Eu tinha, neste ano, dezenove anos de vida. Fui preso pela primeira vez. A razão? Eu verbalizei publicamente a minha opinião. No meu sentimento foi uma decisão covarde e injustificável da ditadura militar vigente.

Ernesto Che Guevara tinha acabado de ser assassinado nas matas da Bolívia. Recebi a notícia no quartel, onde servia, através de um tenente que era o oficial de dia. O tenente reuniu a tropa e, anunciando a morte do Che, resolveu emitir a sua opinião sobre o revolucionário argentino. Todos nós, inclusive eu, ouvimos, em respeitoso silêncio e sem direito a apertes, o tenente fazer uma biografia do morto a partir de suas crenças, de suas verdades e de sua própria carga ideológica. Não vou repetir aqui todo o discurso irado do oficial de dia, mas os adjetivos usados continuam vivos na minha memória: covarde, assassino, comunista, subversivo, mentiroso, traidor, entre tantos outros. Terminou a sua catilinária afirmando: “Já vai tarde e espero que esteja agora no inferno!”.

Quando a tropa foi dispensada e voltamos para o alojamento eu não resisti, revelando, em alto e bom som, a minha opinião sobre o homem que acabava de morrer na Bolívia (não sabia, naquele momento, que este homem havia sido assassinado). Eu simplesmente, a partir de minhas próprias crenças, não quis permitir que a infâmia se perpetuasse, dizendo o que pensava e não tive a intenção de agredir a integridade moral do tenente oficial de dia. Não o acusei de nada, não lhe impingi nenhum adjetivo, não fiz nenhuma referência ao seu nome ou ao seu posto, eu apenas revelei minha discordância da opinião dele. Como o período da ditadura militar, entre outras coisas terríveis, também foi um período fértil em delação... fui “dedurado”. Da delação à prisão, decretada por um major histriônico, foi um pulo.

Mesmo que, em minha opinião, considerasse o meu cerceamento da liberdade covarde e injustificável, não posso dizer que, entendendo o período em que vivíamos, a minha prisão tenha sido um ato inusitado e incompreensível. Era a regra do jogo e eu sabia que estava correndo um risco em emitir a minha opinião. Era público e notório que vivíamos um período de ditadura, onde um ministro da educação mandava “às favas os escrúpulos”. Resumindo: fui preso por emitir minha opinião, num período de ditadura militar em que não se podia emitir opinião.

Isso tudo aconteceu em 1969, em pleno regime ditatorial, onde o presidente da República era um militar imposto pela força, sem participação popular. Depois disso passamos por períodos chamados de “anos de chumbo”, “distensão”, “abertura”, “anistia ampla, geral e irrestrita” até aceitarmos, quase que em uníssono, que retornamos ao processo de “democracia plena”. Com o “fim da ditadura militar” pudemos participar na escolha de nossos presidentes (embora nem todos tenham cumprido seu mandato até o final), governadores, prefeitos e parlamentares. Que maravilha: enfim, a de-mo-cra-cia...

Passados 39 anos da minha prisão por emitir uma opinião pessoal a respeito sobre alguma coisa, eis que um coronel Corregedor do Estado é afastado de seu cargo porque emitiu sua opinião. Não pode? Se não pode, precisamos reinterpretar o artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos do Homem quando diz: *“Todo o homem tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferências, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios, independentemente de fronteiras”*. Aliás, precisamos redefinir o próprio conceito de democracia.

O caso do coronel da polícia poderia ser um fato isolado e um problema relacionado à hierarquia militar, mas não é. No final do ano passado uma professora de uma escola, que também foi estudante de uma de minhas turmas, me contou uma história interessante. Numa

reunião de final de ano com as professoras de sua escola, com o objetivo de “avaliar” o ano que terminava, a “coordenadora pedagógica” abriu a reunião pedindo que todos fossem honestos na análise para que a escola pudesse melhorar no período seguinte. A minha ex-aluna entrou no “espírito da coisa” e resolveu ser honesta; disse tudo o que pensava, inclusive avaliando o trabalho da própria “coordenadora”. O resultado? Foi demitida.

O caso desta professora, minha ex-aluna, lembrou-me do que li no livro *Escuta, Zé ninguém*, de Wilhelm Reich¹:

Há muito já que terias suprimido os tiranos se estivesses vivo se estivesses vivo e são no teu íntimo. Hoje em dia os teus opressores vêm das tuas próprias fileiras, tal como outrora vinham dos estratos mais altos da hierarquia social. Ainda são mais medíocres do que tu, Zé Ninguém. Porque, tendo conhecido por experiência a tua miséria, é necessária muita mediocridade para utilizar esse conhecimento com vista à tua supressão ainda mais perfeita e eficaz.

Existem outros casos tão monstruosos quanto esses. Em Minas Gerais a professora Maria da Glória Reis foi condenada por emitir sua opinião. Ela é educadora, autora do livro *Escola, instituição da tortura*, trabalha, como voluntária, com adolescentes em situação de risco social e edita o jornal *Recomeço* (<http://jornalrecomeco.blogspot.com>) em que incentiva aos presos da cidade de Leopoldina, em Minas Gerais, a escreverem artigos. Apesar de já ser aposentada continua a exercer um trabalho social. Por este trabalho ela deveria ser homenageada pelos órgãos de administração pública, já que está executando uma tarefa que deveria estar sendo exercida pelo próprio Estado. No entanto foi condenada por difamação ao afirmar que “*não é aceitável a convivência de magistrados, fiscais da lei, advogados, enfim, operadores do Direito, com tamanha barbárie*”, denunciando as condições subumanas em que viviam os presos da cidade de Leopoldina. Reparem que ela não citou nome de ninguém. Apenas denunciou uma situação social real, na tentativa de defender os direitos humanos.

Em São Paulo um professor de História de uma escola pública foi processado porque uma equipe de um jornal fotografou a sua sala de aula, onde num espaço projetado para 35 alunos tinha 53. Não foi o professor que convocou a imprensa. Ele apenas “tentava dar” a sua aula quando apareceu a imprensa e o fotografou em sala. Denunciar as más condições do equipamento público deveria ser um ato de cidadania, além de ser um princípio básico de qualquer sistema democrático. No entanto o Artigo 242 do Estatuto do Funcionário Público de São Paulo diz: “*É proibido referir-se depreciativamente [...] pela imprensa, ou qualquer*

¹ REICH, Wilhelm. *Escuta, Zé Ninguém*. 10. ed. Lisboa: Martins Fontes, 1982. p. 31.

meio de divulgação, às autoridades constituídas e aos atos da Administração”. Neste caso o professor não foi condenado, já que o processo foi arquivado.

Este Artigo não é exclusivo do Estatuto paulista. A mesma regra vale para outros 17 Estados, sendo que, na maioria deles, criado durante a vigência do regime de ditadura militar. Como a mídia não valoriza tais informações não temos notícias do que acontece no país em relação a dados referentes à punição de professores, mas a realidade nos mostra que existe uma quantidade significativa de funcionários punidos. Esta situação nos impõe o sentimento do medo e o medo nos impõe o silêncio. Podemos até trabalhar por prazer, mas a primeira razão porque trabalhamos é a necessidade de sobrevivência. Precisamos do vínculo empregatício para receber nossos salários (baixos, por sinal!) e pagarmos as nossas contas. Neste sentido a segurança torna-se mais importante do que a verdade e o silêncio mais importante do que a liberdade.

Se no período da ditadura militar a liberdade de expressão era definida por condições explícitas, atualmente nossa liberdade de expressão é definida por condições implícitas. Na vigência do regime militar sabíamos o que podíamos dizer, o que não podíamos e quais as conseqüências por dizer. Atualmente não sabemos mais o que podemos dizer, se podemos dizer, quando podemos dizer e, o que é mais grave, não sabemos quais as conseqüências por dizer. Ou seja, a ditadura se consagrou em todos os níveis da sociedade de forma sutil e descarada. Vivemos ainda hoje num regime de medo e silêncio imposto. Eu mesmo não sei quais as conseqüências que poderei sofrer em escrever estas linhas aqui.

Não posso acreditar que um regime que defendia a tortura como forma de se obter “confissões”, forma absolutamente idiota e brutal de se buscar uma verdade, tenha tido, paradoxalmente, a inteligência de criar um sistema que se perpetuasse através dos tempos. Sinceramente não acredito que seres humanos sanguinários, comandando um regime que “prende, bateu e arrebitou”, tenham tido a inteligência de influenciar de tal forma a consciência coletiva. No entanto sou obrigado a admitir: eles venceram.

A exoneração do coronel, a demissão da professora, a condenação por calúnia da Professora Maria da Glória, o processo aberto contra o professor de História, não passam de evidências da ponta de um iceberg. O problema é mais profundo do que podemos perceber à primeira vista e traz, no seu bojo, repercussões nefastas para as gerações futuras e, por conseqüência, para o futuro da humanidade. Estamos, todos, absolutamente dopados. Parece que estamos confusos e inseguros, como crianças, colocando o mundo político, da estratégia e a ação executiva nas mãos de “entendidos”. O problema é mais grave quando pensamos em educação e na sua dinâmica. Mais grave ainda é o problema quando a instituição escolar passa

a ser dirigida por um “dono” que, muitas vezes, sequer tem formação para exercer o poder de ser educador.

Há alguns anos surgiu um filósofo da educação que, em minha opinião, foi o maior entre eles já produzidos pela história da humanidade. Em minha opinião ele mudou os rumos da educação ao dizer que educação é um ato político. Isto quer dizer que educação é, inevitavelmente, uma ação de relações humanas passível, como tal, de imposições de poder e dominação de um grupo sobre outros. Criou também um método de alfabetização de adultos (método bem ruinzinho, em minha opinião, não fosse o apoio filosófico dado a ele) que propunha alfabetizar em 40 horas. Por pensar assim, durante a vigência da ditadura militar, foi preso, teve de se exilar, seu método de alfabetização e seus livros foram proibidos, apesar de reconhecido e suas idéias aplicadas em várias partes do mundo. No entanto deixou plantada a semente da idéia de que não se mata opiniões com violência.

Mais importante do que suas opiniões terem sobrevivido à ditadura militar foram as suas opiniões em si. Ele defendeu a idéia de que educação, por ser um ato político, deveria ter no diálogo uma de suas características fundamentais para e pela sobrevivência da democracia. Não existe saída para que a nação possa ser considerada democrática se a prática das escolas não assumirem a pedagogia dialogal. A escola só pode ser considerada cidadã se, da Educação Infantil aos cursos de pós-graduação, a sua prática for democrática, dialogal. O caminho é mais difícil, mas se nos propomos formar o cidadão temos, necessariamente, que passar por isso. Dominar é fácil, difícil é ser igual. O cidadão é aquele que pode exprimir suas opiniões, discutir suas idéias, participar das decisões do grupo em igualdade de condições. Afinal, a razão é filha dileta do pensamento crítico; de todos.

Baseados nas idéias desse educador, os responsáveis pelo planejamento da educação brasileira, sem consultar ninguém, instituíram como obrigação das escolas, nas letras das leis, o que chamaram de Projeto Político Pedagógico. Em termos de idéia de democracia a iniciativa não poderia ter sido mais radical. A elaboração deste Projeto Político Pedagógico exigiria a participação de todos os setores da escola: professores, estudantes, corpo técnico, pais, comunidade, órgãos públicos e privados e quem mais pudesse contribuir com o desenvolvimento da qualidade da educação da instituição escolar. No entanto o que vemos é que a idéia não deu certo. Como sou pedagogo conheço algumas escolas no seu âmbito (na casa das centenas: 300? 400? 500? Por aí.). Dessas, não conheço nenhuma (ênfatize-se nenhuma) que tenha elaborado o seu Projeto Político Pedagógico com a participação de todos. Alguns colegas me informam que “na sua escola” é feito da maneira democrática. O que eu tenho visto é que o Projeto Político Pedagógico é redigido unilateralmente pela direção da

escola e, na maioria das vezes, uma adaptação (mal feita) do Regimento Interno da Escola para se atender as exigências legais.

A proposta de democratização da educação vem de tal forma sendo descaracterizada que o Próprio Projeto Político Pedagógico já vem recebendo novas nomenclaturas como Projeto Pedagógico (sem o termo Político), Projeto Institucional, Plano Anual, Diretrizes Curriculares Institucional etc.. Alguns, ainda hoje, consideram como democratização do ensino encher as escolas de estudantes. Acreditam que democratizar o ensino é fazer com que todos, em idade escolar, estejam freqüentando os bancos escolares. No entanto acredito que democratizar a escola é mais do que isso. Permitir a todos freqüentar a escola é uma questão de igualdade de direitos e justiça social; é um direito do cidadão e um dever do estado. Isto está expresso em Lei. Democratizar o ensino, então, é permitir a participação democrática de todos onde for possível esta participação.

Na educação nos é permitido discutir tudo, menos a democracia. A questão democrática nos é passada religiosamente como um fim em si mesmo. Renegamos categoricamente todo e qualquer regime totalitário, mas não percebemos que o contexto democrático é tão questionável quanto o totalitário. Aceitamos injustiças absurdas sob o pretexto de estarmos vivendo num regime democrático. O fato de uma classe dominar a outra é aceitável porque o regime é democrático e não totalitário; o fato de seres humanos viverem absolutamente fora da realidade aceitável por cidadãos é suportado porque o regime é democrático; a falta de direitos por moradia, por alimentação, por outros direitos básicos indispensáveis a uma vida digna é aceitável porque estamos sob a égide de uma democracia. Até mesmo a recorrência de políticos corruptos é aceita com a “desculpa” da democracia. Se os corruptos são eleitos nós nos omitimos, porque nós votamos no justo e honesto, esquecendo que nosso voto no honesto ratifica a vitória eleitoral do desonesto.

Embora alguns autores sustentem que a democracia é o regime político onde se impõe a igualdade, penso que a igualdade entre seres humanos é irreal. O que se pode propor para um regime democrático é a igualdade de possibilidades do exercício das potencialidades individuais, onde todos tenham o direito de se preparar para dizer e a oportunidade de dizer o que pensa. Democracia não pode ser vista como um regime utópico de governo, mas como um fim a ser alcançado. Só a prática, o exercício cotidiano de relações democráticas, torna possível alcançar este fim. O início de tudo está na escola, mas o sucesso do trabalho escolar permitirá que na família, nas amizades, nas fábricas, nas relações comerciais, enfim, em todos os processos de relações, a democracia se torne real.

Na realidade brasileira a exoneração do coronel, a demissão da professora, os processos, as condenações, as discriminações sofridas por professores que pensam de outra forma, a proibição do exercício da crítica, a censura e a autocensura, entre tantas coisas semelhantes, é uma prova concreta de que a democracia ainda está carente entre nós, apesar de já termos registrado na história que a ditadura acabou. Demonstra claramente que precisamos rediscutir o que entendemos por democracia. Parece que estamos anestesiados ao não percebermos isso. Parece que o sentimento e as condutas da ditadura militar estão implantados em nossas mentes como se tivéssemos sido abduzidos; como se estivéssemos arraigados a um passado que um dia condenamos. Ou, se estamos conscientes de tudo isso, estamos estupefatos, uma vez que o silêncio é o discurso típico da estupefação.

A Escola Cidadã, a Pedagogia Dialogal, a escola democrática, não pode ser vista apenas como uma idéia, mas como uma proposta política pedagógica planejada para o exercício da democracia. Não podemos esperar que uma sociedade seja democrática se não exercemos essa democracia no ambiente escolar, seja em que nível for: da creche à pós-graduação. Em todos os níveis precisamos aprender a ouvir e a refletir. Uma das formas de nos impor a loucura é evitar que discutamos nossas idéias, para que possamos trocar pensamentos e reforçar ou modificar os nossos. O objetivo do trabalho de reflexão é sempre a revolução; seja ela possível ou impossível.

O planejamento da educação não pode ser para o presente: planeja-se educação para o futuro. O que nós precisamos fazer pela educação é agir para amenizar os problemas criados pelos planejamentos anteriores e nos preparar para o futuro. Seja este planejamento para o futuro qual for, desde que dialogado, desde que levada em consideração a opinião de todos. Se todos forem respeitados em suas opiniões as idéias poderão ser mais ricas. Não há lugar ou instituição mais propícia para tomar a iniciativa disso do que a escola. A salvação da humanidade está intrinsecamente ligada ao entendimento da palavra respeito e a chave disso está diretamente relacionada, independentemente do método aplicado, ao ambiente escolar. Se acreditamos que a educação pode mudar a sociedade estamos aplicando uma estratégia de planejamento equivocada, já que calar inconsequentemente o indivíduo de emitir sua opinião é amputar a sociedade dela mesma.

Não sei bem se eu deveria terminar assim, mas só quero me explicar. Escrevi tudo isso sem querer agredir ou ofender ninguém. Tudo o que foi escrito foi fruto da fé de que qualquer opinião contribui, mesmo que não seja aceita pelo grupo. Ouvi do professor Lauro de Oliveira Lima que não existe crítica construtiva, uma vez que toda crítica já é destrutiva por si só. A construção depende da maturidade de quem a ouve. Do mesmo professor Lauro

ouvi que “a maior alegria de um pensador deveria ser a contestação de suas idéias”. Então, se for o caso, podem bater, mas, antes, me deem o direito de ter opinião. Eu quero tranquilidade sim, mas não ao preço de minha liberdade de pensar. Não negocio minha liberdade de pensar porque é isso que me faz crescer.

Ah, ditadura? Nunca mais! “Quosque tandem abutere, Catilina, patientia nostra?²”

Para referência desta página:

BELLO, José Luiz de Paiva. Eu só queria ter o direito de ter opinião... Repensando a educação e a democracia. **Pedagogia em Foco**, Rio de Janeiro, jan. 2008. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br>>. Acesso em: dia mês ano.

² “Até quando vai abusar, Catilina, da nossa paciência?” Marcus Tullius Cicero (Arpino, Itália, 3 de Janeiro de 105 a.C. - Formies, 7 de Dezembro de 43 a.C.). Filósofo, orador, escritor, jurista e político influente romano. Cícero disse esta frase no Foro Romano, em suas Catilinárias, para convencer o Senado Romano de que Lucius Sergius Catilina conspirava para usurpar o poder.